



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE - 2017 QUE ACOMPANHA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Senhores Acionistas,

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese das atividades realizadas em 2017, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Contábeis, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

A CETESB constitui uma sociedade por ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,998% do capital social. A CETESB na qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição, de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA) e de órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito: do licenciamento ambiental e das atividades que utilizem os recursos naturais, do monitoramento ambiental, do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais, dos resíduos, da proteção aos mananciais e da fiscalização.

A CETESB tem como missão promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no estado de São Paulo.

A CETESB tem como visão buscar a excelência na gestão ambiental e nos serviços prestados aos usuários e à população em geral, aprimorando sua atuação no campo ambiental e de desenvolvimento sustentável.

Os valores que pautam a Companhia são: ética, legalidade, transparência, eficiência, eficácia, isonomia, imparcialidade, responsabilidade, valorização do capital humano e compromisso com a empresa.

A Companhia tem como objeto: proceder ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerandos efetiva e potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental; analisar solicitações para autorização de supressão de vegetação e intervenções em áreas consideradas de preservação permanente e demais áreas ambientalmente protegidas; analisar alvarás e licenças relativas ao uso e ocupação do solo em áreas de proteção de mananciais; analisar licenças de localização relativas ao zoneamento industrial metropolitano; fiscalizar e impor penalidades: a quem instale ou opere as atividades utilizadoras de recursos ambientais, sem licença ou autorização ambiental ou descumpra as exigências e condições nela impostas e quem cause poluição ou degradação do meio ambiente, aos infratores da legislação sobre o uso e ocupação do solo em áreas de proteção de mananciais e aos infratores da legislação sobre o zoneamento industrial metropolitano; desenvolver políticas voltadas ao gerenciamento de áreas contaminadas; executar o monitoramento ambiental, em especial da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, do ar e do solo, visando a melhoria da saúde pública, eletuar exames e análises necessários ao exercício das atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental; desenvolver estudos e pesquisas de interesse de seu campo de atuação; prestar serviços técnicos especializados a terceiros no âmbito de seu campo de atuação; explorar direta ou indiretamente os resultados das pesquisas

realizadas; promover o intercâmbio de informações e transferência de tecnologia com unidades nacionais e internacionais no âmbito de seu campo de atuação; elaborar normas técnicas específicas e suplementares no âmbito de suas atribuições; defender a sua identidade organizacional e excelência no campo da defesa do meio ambiente e seus valores fundamentais; atuar no desenvolvimento e implantação de ferramentas de gestão ambiental; incrementar a eficiência e sustentabilidade financeira; promover treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para as atividades relacionadas ao seu campo de atuação e contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do estado de São Paulo.

Nos termos de seu Planejamento Estratégico, a CETESB estabeleceu como principais políticas: fomentar as ações de prevenção à poluição ambiental, por meio da adoção de novas tecnologias e da implantação de sistemas de gestão ambiental; contribuir para o desenvolvimento e institucionalização de meios de participação da sociedade na execução de políticas e de diretrizes estabelecidas para a gestão da qualidade ambiental; promover a atualização e a capacitação de seus recursos humanos; divulgar ao público em geral dados e informações sobre a situação ambiental no estado de São Paulo; incentivar, por meio das câmaras ambientais, a participação de entidades representativas dos diversos setores produtivos, de infraestrutura e dos órgãos de governo na proposição de políticas públicas ambientais; aprimorar o atendimento à sociedade e estreitar as relações de cooperação e transferência do conhecimento ambiental com as instituições públicas que atuam na defesa do meio ambiente.

A direção da empresa, dentro do Planejamento Estratégico, estabeleceu as seguintes diretrizes: agilizar a análise da emissão de autorizações, alvarás e licenças ambientais reduzindo o tempo de resposta no atendimento de demandas externas; atuar preventivamente nos empreendimentos fiscalizando em especial aqueles que se apresentem como potenciais ou efetivos poluidores e utilizadores dos recursos naturais; melhorar o diagnóstico ambiental do estado de São Paulo por meio do monitoramento da qualidade do ar, das águas e do solo; apoiar, fortalecer e estimular as ações municipais e/o regionais na gestão ambiental; promover acordos de cooperação técnica e científica com renomadas entidades públicas e privadas; evidenciar o valor das ações positivas da Companhia por meio da comunicação interna e externa; implementar soluções de tecnologias de processamento de informações e dados; otimizar a aplicação de recursos e a busca de novas receitas e valorizar a forma estratégica o capital humano da CETESB.

A CETESB adotou como linhas de ação: o monitoramento e avaliação da qualidade do ar, das águas e do solo do estado de São Paulo; o licenciamento de empreendimentos com impacto ambiental; a capacitação e difusão do conhecimento ambiental - Escola Superior da CETESB; as políticas públicas de resíduos sólidos e eficiência dos recursos naturais e responsabilidade pós-consumo; a simplificação do sistema de licenciamento ambiental; os financiamentos de projetos ambientais por meio de fundos de fomento (FECOP, FEHIDRO, FEPRAC) e a sustentabilidade financeira.

Para atender as suas atribuições legais com seu perfil institucional, a CETESB conta com um quadro aprovado de 2.463 posições, sendo que

Quadro 1 - Acompanhamento dos Indicadores do Programa 2604

PROGRAMA	INDICADOR DO PROGRAMA - ANO: 2017		
	INDICADOR	PREVISTO	REALIZADO
Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental	1- Percentual de habitantes atendidos por aterros de resíduos urbanos com disposição adequada	97,63%	97,77%
	2- Percentual de praias classificadas em próprias e impróprias conforme sinalização com bandeiras e painéis	83%	90%
	3 - Percentual de rios e reservatórios monitorados adequados para o desenvolvimento da vida aquática no corpo hídrico	71,7%	80,3%
	4- Percentual de situação boa da qualidade do ar medida pela rede de monitoramento da CETESB no estado de São Paulo	70,7%	81,5%

Quadro 2 - Acompanhamento dos Indicadores de Produto no ano de 2017

PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	PREVISTO	REALIZADO	
Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental	Financiamento de projetos ambientais - Fundo Estadual de Prevenção e controle da Poluição - FECOP	Apoio a Projetos de Controle, Preservação e Melhoria do Meio Ambiente	Número de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP	100	48	
	Projetos do Fundo para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC	Apoio e Remediação de Áreas Contaminadas	Número de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC	-	Atingimento da meta previsto em 2019	
	Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental - Escola Superior da CETESB	Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental - Escola Superior da CETESB	Número de capacitações realizadas	4.440	3.587	
	Licenças de Empreendimentos de Baixo e Alto Impacto Ambiental	Licenças de Empreendimentos e Atividades que utilizem Recursos Ambientais - C e I	Percentual de licenças analisadas de baixo impacto ambiental	100%	109%	
			Percentual de emissão de licenças com impacto ambiental	100%	98%	
	Compensação Ambiental do Rodanell Mário Covas	Monitoramento da Qualidade do Ar para o Trecho Norte do Rodanell Mário Covas	Número de municípios que serão beneficiados com os investimentos oriundos de compensação ambiental	1	3	
	Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar e das Águas do Estado de São Paulo	Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar e das Águas do Estado de São Paulo	Número de dados de concentração de poluentes atmosféricos	2.225.040	2.256.021	
			Número de amostras de água coletadas em poços subterrâneos	560	623	
		Políticas Públicas de Resíduos Sólidos e Eficiência dos Recursos Naturais	Sistema Estadual de Gerenciamento OnLine de Resíduos Sólidos - SIGOR	Número de municípios com o SIGOR implementado	20	3
		Gestão Administrativa e Financeira	Suporte Administrativo e Tecnológico às Unidades Administrativas	Número de unidades administradas	1	1
Conservação Ambiental e Restauração Ecológica	Redução da Vulnerabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas	Responsabilidade Pós-Consumo	Termos de Compromisso de Responsabilidade pós-consumo para a Logística Reversa	Número de termos de compromissos firmados com os setores abrangidos pela Resolução SMA nº 45, de 23/06/2015	3	1
		Compensação Ambiental	Projetos de consolidação e criação de novas unidades de conservação	Número de projetos executados	-	6
		Desenvolvimento de ações na área ambiental com recursos do FEHIDRO	Projetos apoiados pelo FEHIDRO	16 ao final do PPA	1	

SUSTENTABILIDADE

A CETESB está implementando ações para cumprir integralmente os requisitos de governança corporativa estabelecidos na Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349 de 26 de dezembro de 2016 e em seu Estatuto Social.

Em atendimento às citadas legislações o tema Sustentabilidade passou a compor o Relatório da Administração a partir deste ano. Neste sentido, foi levantado todas as atividades relacionadas ao tema que já são consolidadas na Companhia, as quais destacamos:

Energia elétrica

A partir de 2001, juntamente com as ações de racionalização do consumo de água também foi iniciado um programa de redução do consumo de energia nas instalações da Sede, com melhorias no planejamento e programação dos trabalhos da Companhia, reorganizando horários de execução de atividades e disponibilização de recursos energéticos.

Em síntese observa-se que o consumo médio mensal em 2000 que era de 416 MWh foi gradativa e sucessivamente reduzido para 299 MWh em 2017, com uma expressiva redução de 28%.

Uso racional, conscientização e aproveitamento da água no complexo predial da Sede

O consumo de água do complexo predial da sede da CETESB historicamente foi alto, em decorrência de uma série de fatores, como diversas atividades laboratoriais que requerem resfriamento, condicionamento ou outros procedimentos, equipamentos e instalações hidráulicas antigas que causavam perdas, a existência de muitas edificações em extensa área de pátios e jardins e, entre outras. O consumo anual em 1999 foi de 72.514 m³, com uma redução de 0,42 m³ por mês de ações adotadas ao longo do ano e o resultado no ano de 2017 alcançou um consumo médio mensal de 1.494 m³.

Aspecto Resíduos

O serviço de limpeza coleta o lixo orgânico e separa todo o lixo reciclável produzido nas dependências da Sede.

Em 2017, somados o lixo produzido interna e externamente, foram coletados 6.070 sacos de 100 litros com material reciclado, composto em sua grande maioria por papel/papelão, podendo conter em pequena parcela, outros materiais recicláveis, tais como copos plásticos e metal.

O produto de maior coleta é destinado a uma cooperativa de reciclagem que gera emprego e renda para dezenas de pessoas, algumas das quais ligadas a famílias que recolhem materiais em um lixão da Zona Norte da capital. Esse material reciclável recolhido na CETESB é separado, enfiado e vendido para cooperativa para empresas transformadoras.

No pátio da Sede foi instalada uma urna coletora de equipamentos eletroeletrônicos usados para receber equipamentos eletrônicos - como aparelhos de telefone celulares, videogames, acessórios eletrônicos, câmeras de foto e vídeo, impressoras, "desktops", "laptops", "tablets", "notebooks", "e-readers" e similares - diretamente dos empregados e frequentadores das instalações da CETESB/SMA, para posteriormente dar-lhes a destinação ambientalmente adequada - desmontagem, descaracterização, segregação por tipo de materiais e posterior reciclagem para transformação em matéria-prima para a cadeia produtiva.

Em 2017 foram encaminhadas para descarte/inação 4.179 lâmpadas fluorescentes inteiras.

Além de todas essas ações, há articulação com o Fundo Social de Solidariedade para a adequada destinação de resíduos metálicos e eletrônicos.

Boas práticas ambientais

Como boas práticas ambientais a CETESB apoia os empregados usuários de bicicleta com a implantação do bicicletário nas dependências da Sede, espanta a chuva do consumo de papéis, a impressão somente quando necessário e revisando os documentos na área de suprimentos, o catálogo de compras de produtos sustentáveis da Companhia vem sendo constantemente ampliado, realiza leasing de veículos, embarcações e inservíveis, prepara editais de contratações de obras e serviços que incluem exigências mais rigorosas visando a utilização de equipamentos

deste total, 1.951 estão ocupadas na seguinte distribuição: 1.230 profissionais de nível universitário, 665 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 56 profissionais de nível operacional. Está organizada em cinco Diretorias da seguinte forma: Presidência (P), Diretoria de Gestão Corporativa (A), Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental (C), Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (I) e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental (E).

Em consonância com o princípio da descentralização de suas atividades a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental conta com 46 Agências Ambientais distribuídas praticamente em todo o estado de São Paulo e a Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental conta com sete laboratórios situados nas cidades de Sorocaba, Cubatão, Taubaté, Ribeirão Preto, Campinas, Limeira e Marília, além de dez laboratórios na sede da Companhia e um Laboratório de emissão veicular em São Bernardo do Campo.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações contábeis não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade precipuamente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado de São Paulo. O Departamento Econômico Financeiro informa que a CETESB, como Empresa dependente dos recursos financeiros do Tesouro Paulista, foi afetada diretamente com uma significativa redução geral nos itens do orçamento financeiro da Companhia em consequência da crise financeira do País, que afetou também o Estado de São Paulo, com forte queda na arrecadação. A atuação da CETESB permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando-se os recursos naturais e a saúde pública, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrentes das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam os custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

Os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, mesmo que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria do meio ambiente.

Destacamos que, a CETESB está inserida no Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado e da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) com o programa intitulado "Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental", constituído por quatro indicadores de programa, nove produtos vinculados a nove ações, onze indicadores de produto, além de dois produtos vinculados aos programas da SMA, com um indicador para cada produto. Para o acompanhamento do Programa foram definidos nove indicadores, que buscam traduzir a efetividade do desempenho do PPA. Os resultados demonstram que todos os indicadores superaram o previsto, conforme apresentados nos quadros a seguir:

mais eficientes e a adoção de tecnologia mais limpa para redução de insumos não renováveis, entre outras ações.

Desempenho Social

A CETESB no cumprimento da agenda da gestão ambiental atua dentro da ótica de sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento econômico e social da população paulista com a observância das políticas ambientais do Governo do Estado de São Paulo.

Há de ressaltar que a área ambiental, onde a CETESB tem as suas atribuições, é difusa e, desta forma, tem impactos em diversos aspectos da sociedade paulista sem, contudo, não ter a devida visibilidade.

Desempenho Econômico

Nas últimas duas décadas o orçamento da CETESB permaneceu praticamente estagnado e com uma linha de tendência indicando pequeno crescimento.

Em relação à Gestão Financeira, em 2017, a evolução do orçamento financeiro da CETESB decorre da política praticada, onde os aportes de recursos efetuados pelo Tesouro foram sendo reduzidos gradativamente e os ingressos de recursos próprios, foram suficientes apenas para compensar as que foram retiradas do Tesouro, impedindo, desta forma, que os montantes anuais fossem aumentados. Nestas condições, onde a CETESB é empresa dependente do Estado, qualquer alteração deste quadro dependerá do incremento do aporte de recursos financeiros pelo Tesouro, posto que, a capacidade de arrecadação da Companhia é restrita e se encontra praticamente no limite.

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB se manteve dentro dos objetivos da sua missão institucional, ratificando o compromisso de promover, a compatibilidade e a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no estado de São Paulo. O detalhamento deste relatório está disponibilizado no sítio da CETESB - www.cetesb.sp.gov.br

continua →

–*continuação



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(em milhares de reais)			
	2017	2016	
Ativo			
Circulante	172.134	132.023	
Equivalentes de Caixa (nota 04)	49.117	68.121	
Clientes	1.003	986	
Adiantamentos a Empregados	1.685	1.748	
Impostos a Recuperar (nota 05)	7.387	386	
Parcelamentos a Receber (nota 06)	36.974	19.885	
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 07)	74.744	39.224	
Estoques	833	876	
Despesas Exercício Seguinte	391	803	
Não Circulante	420.527	426.244	
Depósitos Restituíveis (nota 11)	11.281	7.858	
Adiantamentos a Empregados	2.210	1.879	
Parcelamentos a Receber (nota 06)	15.089	10.936	
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 07)	250.305	278.741	
Impostos a Recuperar	1.479	1.036	
Investimentos	8	266	
Imobilizado (nota 08)	132.956	125.517	
Intangível (nota 09)	7.199	11	
Total	592.661	558.273	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016						
(em milhares de reais)						
	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	156.099	9.822	16.981	20.113	150.411	353.426
Capital Autorizado pelo Governo do Estado	9.822	(9.822)	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	3.193	-	-	-	3.193
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	(237)
Diferimento da Tributação sobre as Reservas	-	-	-	-	312	312
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.376	-	-	1.376
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(15.155)
Incorporação do Prejuízo às Reservas de Lucros	-	-	-	-	(15.155)	15.155
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	165.921	3.193	18.357	19.876	135.568	342.915
Capital Autorizado pelo Governo do Estado	3.193	(3.193)	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	407	-	-	-	407
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	(237)
Diferimento da Tributação sobre as Reservas	-	-	-	-	312	312
Bens Recebidos em Doação	-	-	23.179	-	-	23.179
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	19.933
Transferência para Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	(19.933)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	169.115	407	41.536	19.639	155.813	386.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional
A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP, empresa de economia mista, de capital fechado, onde a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9989% do capital social, constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis
A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2018. Tais demonstrações foram elaboradas em observância às resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

03 Práticas Contábeis
a. Apuração do Resultado
As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência. Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da iminência tributária recíproca, são registrados nas contas de compensação e são contabilizados no resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado. Os valores das licenças ambientais concedidas, também decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da iminência tributária recíproca, são registrados no resultado quando do seu efetivo recebimento ou parcelamento.

b. Aplicações Financeiras
Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço.

c. Estoques
Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, não superior ao valor de realização; os serviços em andamento são demonstrados ao custo de produção.

d. Investimentos
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A Companhia, em atendimento às orientações do CODEC e em virtude de oportunidades financeiras ocorridas no exercício, alienou as suas participações junto às empresas de telefonia e concessionária de energia elétrica.

e. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de valores de reavaliação sobre os imóveis, realizada no exercício de 2003, anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07.
A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003, como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para os lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.
As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

f. Ativo Intangível - Programas de Computador (Softwares)
Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 10.

g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos
As férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos incorridos até a data do balanço, calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados, foram apropriadas mediante constituição de provisão no passivo circulante.

h. Provisão para Plano de Carreira
Em observância ao Princípio Contábil da Prudência, é adotada a prática de se constituir provisão para o plano de carreira, conforme Política interna da Companhia.

i. Provisão para Programa de Participação dos Empregados nos Resultados da Empresa (PPR)
Em observância ao Princípio Contábil da Prudência, é adotada a prática de se constituir provisão para o PPR, conforme Política interna da Companhia.

j. Contabilização dos Convênios
A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais/internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento de forma antecipada e na aprovação da prestação de contas.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social
A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2017, o lucro do exercício, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou em prejuízo fiscal, não sendo realizada a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social.

l. Ativos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

m. Redução ao valor recuperável - Imobilizado e Intangível
A Administração efetuou testes preliminares visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e intangível, não sendo identificados indícios de desvalorização significativa, considerando as atividades estatutárias da empresa, utilização dos bens e os grupos contábeis os quais são aplicáveis o referido teste.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016		
(em milhares de reais)		
	2017	2016
Receita Líquida de Serviços e Vendas		
Subvenção de Custeio	165.596	145.897
Exercício do Poder de Polícia Delegado	259.098	247.538
Venda de Serviços e Produtos	8.658	12.695
	(nota 13)	433.352
Custo dos Serviços e Produtos		
Vendidos e Subvencionados (nota 14)	(334.698)	(305.178)
Lucro Bruto	98.654	100.952
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas Administrativas	(nota 14)	(114.220)
Receitas Operacionais	(nota 15)	11.295
Outras Despesas e Receitas - Exercício do Poder de Polícia Delegado	(40)	2.739
	(102.965)	(149.979)
Resultado Operacional antes dos Encargos		
Financeiros e Variações Monetárias	(4.311)	(49.027)
Encargos Financeiros Líquidos		
Despesas Financeiras	(430)	(353)
Receitas Financeiras	348	472
Multas e Juros - Exercício do Poder de Polícia Delegado	18.249	17.899
	18.167	18.018
Variações Monetárias		
Passivas	(318)	(1.104)
Ativas - Exercício do Poder de Polícia Delegado	(nota 16)	6.095
Ativas - Outras	300	251
	6.077	15.854
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	19.933	(15.155)
Resultado Líquido por Ação		
Participação de Acionistas não Controladores	1	(1)
Participação de Acionistas Controladores	19.932	(15.154)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016		
(em milhares de reais)		
	2017	2016
Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo do Exercício	19.933	(15.155)
Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa:		
Depreciação do Imobilizado	14.620	13.152
Amortização do Intangível	1.234	1
Realização Reserva de Reavaliação	75	75
Baixas no Ativo Imobilizado	508	221
Subtotal	36.370	(1.706)
Variações no Ativo Circulante		
Clientes	280	(85)
Adiantamentos a Empregados	63	(217)
Impostos a Recuperar	(7.001)	(114)
Parcelamentos a Receber	(17.089)	(1.843)
Valores a Receber - Dívida Ativa	(35.520)	43.036
Outras Contas a Receber	(296)	354
Estoques	42	(110)
Despesas Exercício Seguinte	412	584
Subtotal	(59.109)	41.605
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	(188)	1.661
Salários e Remunerações a Pagar	123	350
Impostos e Contribuições a Recolher	4.860	(149)
Adiantamentos a Convênios	(3.869)	1.667
Adiantamentos de Clientes	(115)	-
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos	11.645	(9.063)
Outras Contas a Pagar	294	(119)
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.880	1.431
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais	(15.691)	3.107
Subtotal	(61)	(1.115)
Total das Atividades Operacionais	(22.800)	38.784
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(30.987)	(9.726)
Aquisição de Investimentos	258	(24)
No Realizável de Longo Prazo	112.797	(10.007)
Exigíveis a Longo Prazo Transferidos para o Circulante	5.997	1.873
Total das Atividades de Investimento	88.065	(17.884)
Atividades de Financiamento		
Recursos Destinados a Aumento de Capital	407	3.193
Bens Recebidos em Doação	23.179	1.376
Realizáveis a Longo Prazo Transferidos para o Circulante	(92.712)	(8.965)
Recursos Obtidos de Longo Prazo	(15.143)	418
Total das Atividades de Financiamento	(84.269)	(3.978)
Capital Circulante Líquido	(19.004)	16.922
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	68.121	51.199
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	49.117	68.121
Variação Líquida nas Disponibilidades	(19.004)	16.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

A Companhia alterou os seus procedimentos e passou a cobrar as multas, junto aos devedores, antes da inscrição na dívida ativa do Estado, tendo obtido excelentes resultados no exercício de 2017.

07 Valores a Receber - Dívida Ativa
A Companhia continua efetuando a inscrição das multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESF.
Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas. Considera como perdas estimadas todas as multas inscritas acima de 5 (cinco) anos.

	2017	2016
Inscrições na Dívida Ativa - Circulante	74.744	39.224
Inscrições na Dívida Ativa - Não Circulante	787.317	767.051
(-) PECLD - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(537.012)	(488.310)
Total não Circulante	250.305	278.741
Total Dívida Ativa	325.049	317.965

continua ->

- continuação



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores em milhares de reais)

08 Imobilizado

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação		2017		2016	
	% a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	60.544	28.253	32.291	31.597	
Rede Telemétrica	10	2.665	2.660	5	13	
Máquinas e equipamentos	10	91.632	46.990	44.642	35.107	
Móveis e utensílios	10	5.248	3.498	1.750	1.967	
Veículos e embarcações	20 e 5	14.514	11.648	2.866	4.515	
Microcomputadores e periféricos	20	19.485	12.268	7.217	5.534	
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	41	41	-	-	
Benefeitorias em propriedade terceiros	20	25.482	3.814	21.668	5.633	
Imobilizações em andamento		6.694	-	6.694	25.326	
Outros		872	106	866	868	
Total		242.234	109.278	132.956	125.517	

b. Movimentação do Custo

	2016		2017		Custo	Custo
	Custo	Adições	Baixas	Custo		
Terrenos	14.957	-	-	14.957		
Edifícios e instalações	57.212	3.435	103	60.544		
Rede Telemétrica	2.727	-	62	2.665		
Máquinas e equipamentos	77.371	16.298	2.037	91.632		
Móveis e utensílios	5.152	177	81	5.248		
Veículos e embarcações	16.041	129	1.656	14.514		
Microcomputadores e periféricos	15.460	4.164	139	19.485		
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	-	880	41		
Benefeitorias em propriedade terceiros	8.774	16.708	-	25.482		
Imobilizações em andamento	25.326	6.351	24.983	6.694		
Outros	872	-	-	972		
Total	224.313	47.262	29.941	242.234		

09 Intangível

a. Composição dos Saldos

	2017		2016		Custo	Custo
	Amortização	Amortizável	Líquido	Líquido		
Software	20	9.006	1.807	7.199	11	11
Total	20	9.006	1.807	7.199	11	11

b. Movimentação do Custo

	2016		2017		Custo	Custo
	Custo	Adições	Baixas	Custo		
Software	595	8.421	-	9.006		
Total	595	8.421	-	9.006		

Estavam em desenvolvimento os sistemas: Portal do Licenciamento Ambiental e Gestão Ambiental - GAIA e foram concluídos no exercício de 2017.

10 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Não Circulante		2017	2016
	2017	2016	2017	2016		
Impostos sobre Folha de Pagamento	18.261	17.015	-	-		
Impostos e Contribuições de Terceiros	363	412	-	-		
Impostos Reserva de Reavaliação	75	75	1.625	1.700		
Parcelamento - IRRF	3.663	-	-	4.822		
Total	22.362	17.502	1.625	6.522		

11 Contingências e Compromissos Assumidos

a. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava as seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Circulante		Não Circulante		2017	2016
	2017	2016	2017	2016		
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	8.130	5.250	16.832	17.871		
Contingências Cíveis	2.252	17.944	57.323	66.636		
Total	10.382	23.194	74.155	84.507		

O montante em 31 de dezembro de 2017, em Depósitos Judiciais efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 11.281 mil.

b. A movimentação das provisões no exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

	Ações		Ações		2017	2016
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.121	84.580				
Adições	8.990	-				
Baixas	(5.308)	(1.175)				
Reversão da provisão	(1.841)	(23.830)				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.962	59.575				

c. Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, estão resguardadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

- **Contencioso Cível** - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações contra a empresa (relativos a mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se desde o início realizado a identificação dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. No exercício de 2017, o Departamento Jurídico efetuou uma reavaliação nos critérios de classificação das ações, redundando em uma reversão na provisão de perdas prováveis, no montante de R\$ 23.830 mil.

No exercício de 2014, foi contabilizado o valor de R\$ 36.587 mil, referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) do exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil. O montante atualizado em 31/12/2017 é de R\$ 56.407 mil. O processo nº 0033927-88.2015.403.6182 encontra-se em execução fiscal e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB e poderá ser alterado, conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

- **Contingências Trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas à reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.
- **Processos de Perdas possíveis, não provisionados no balanço** A Companhia é parte em ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, em especial ao CPC 25. A seguir, demonstramos a composição dos referidos processos:

	2017	2016
Cíveis	98.107	1.238.907
Trabalhistas	30.276	28.565
Total	128.383	1.267.472

O objeto principal das ações cíveis é a discussão sobre eventuais danos ambientais/questionamentos sobre licenciamentos ambientais, e o principal autor é o Ministério Público.

12 Patrimônio Líquido

- a. O capital social está representado por 5.637.162.428 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
- b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. A Companhia mantém Reservas de Lucros com expectativa de realização futura (artigo 197, da Lei nº 6.404/76), no montante de R\$ 155.813 mil, já considerada a transferência do resultado do exercício, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros, mediante deliberação em Assembleia Geral. Como prática constante da Companhia, não houve distribuição de dividendos sobre as referidas Reservas de Lucros, como também não há qualquer perspectiva de distribuição de dividendos sobre o resultado do exercício, considerando a insuficiência de caixa e os objetivos estatutários da Companhia frente ao seu Acionista Controlador.
- c. Reservas de Reavaliação: A Companhia realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2017, foi reconhecida, em contrapartida ao Resultado, a depreciação no montante de R\$ 312 mil.
- d. O lucro apurado no exercício de 2017, no montante de R\$ 19.933 mil foi incorporado à Reserva de Lucros, cujo saldo no encerramento do exercício anterior era de R\$ 135.568 mil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas - Sacho Auditores

Independentes EPP, de 02/03/2018, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de

serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 08 de março de 2018
José Henrique Reis Lobo
Keli Regina Della Torre Solor
Silvia Maria de Lisboa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
JOSÉ RENATO NALINI
JOSÉ RICARDO FRANCO MONTORO

DIRETORIA

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
 Diretor-Presidente
WALDIR AGNELLO
 Diretor de Gestão Corporativa
GERALDO DO AMARAL FILHO
 Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
 Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental
EDUARDO LUIS SERPA
 Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental
MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS
 Contadora - CRC 1SP145802/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Acionistas da
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de

São Paulo, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de

acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

continua ->

—continuação—

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de março de 2018

SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC - ZSP 017.676/O-8
HUGO FRANCISCO SACHO
CRC - 1SP 124.067/O-1



Spinelli		Demonstrações Financeiras em conformidade com a (Lei 11.638)		Demonstração do Resultado do Exercício	
Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro		Passivo		31/12/17 31/12/16	
2.017 2.016		2.017 2.016		1.847 1.877	
Ativo		Passivo		Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	
Ativo Circulante	5.225 4.709	Passivo Circulante	52.515 50.462	Receita bruta de operações de factoring	1.847 1.877
Disponibilidades	3,8 1 11	Outras Obrigações	52.515 50.462	Receita Bruta Operacional	1.847 1.877
Caixa e bancos	- - 11	Impostos e contribuições sobre salários	7 6	Devoluções da Receita Bruta	(171) (174)
Outros Créditos	5,221 4,695	Impostos e contribuições sobre salários	7 6	Tributos sobre serviços	(171) (174)
Rendas a receber	4,1 11 13	Demais impostos e contribuições a recolher	8 18	Despesas com Pis e Cofins	(171) (174)
Diversos	4,2 5,210 4,682	Provisões para pagamentos a efetuar	13 13	Resultado Bruto	1.676 1.703
Outros Valores e Bens	3 3	Diversos	6, 52,487 50,425	Despesas/Receitas Operacionais	(1,925) (1,798)
Outros valores e bens	3 3	Patrimônio Líquido	26,865 26,716	Despesas Gerais e Administrativas	(2,916) (2,447)
Ativo Não Circulante	74,155 72,469	Capital	8, 15,500 15,500	Despesas com pessoal	(238) (219)
Investimentos	5,1 30,932 29,056	De domiciliados no país	15,500 15,500	Outras despesas administrativas	(812) (496)
Investimentos no exterior	28,622 27,130	Reservas de capital	7,213 7,213	Despesas de depreciação e amortização	(64) (44)
Participação Colgadas/Controladas: No País	2,333 1,901	Corretora monetária do capital	180 180	Outras Despesas Operacionais	(1,802) (1,688)
Outros investimentos	25 25	Ajustes de avaliação patrimonial	5,745 5,347	Resultado de Equivalência Patrimonial	991 651
Imobilizado de Uso	5,2 43,174 43,412	Lucros / (Prejuízos) acumulados	(1,773) (1,524)	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(249) (95)
Imóveis	53,001 51,402	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	79,380 77,178	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(249) (95)
Outros bens do imob de uso	938 937			Resultado Líquido das Operações Continuadas	(249) (95)
(Depreciações acumuladas)	(10,765) (8,927)			Lucro (Prejuízo) do Período	(249) (95)
Diferido / Intangível	5,3 1 1			Nº de Ações	973,618 973,618
Gastos de organização e expansão	5 5			Lucro (prejuízo) por Ação	(0,256) (0,098)
(Amortizações acumuladas)	(4) (4)			Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/17 31/12/16
Total do Ativo	79,380 77,178			Resultado do Período	(249) (95)
				Resultado Abrangente	(249) (95)
				Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/12/17 31/12/16
				Atividades Operacionais	597 976
				Lucro líquido (prejuízo) do período	(249) (95)
				Resultado equivalência patrimonial	(911) (651)
				Depreciações e amortizações	1.837 1.722
				Variação de Ativos e Obrigações	1.528 6.483
				(Aumento) diminuição de outros créditos	(526) 642
				Aumento (diminuição) de outras obrigações	2,054 5,841
				Caixa líquido (aplicado) consumido	2,125 7,458
				nas atividades operacionais	
				Atividades de Investimento	(2,135) (7,484)
				(Inversões) em:	(2,135) (7,484)
				Investimentos	(536) (1,186)
				Imobilizado de Uso	(1,599) (6,298)
				Caixa líquido originado (aplicado)	
				nas atividades de investimento	(2,135) (7,484)
				Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(10) (25)
				Caixa e equivalentes de caixa:	
				No início do exercício	11 36
				No fim do do exercício	1 11
				Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(10) (25)
				Valor do Investimento	2,333 1,901
				5.2. Imobilizado de uso:	
				Imobilizado	
				Custo	2017 2016
				Depreciação acumulada	Saldo Saldo
				Imóveis de uso	liquido liquido
				53,001	(10,144) 42,857 42,878
				Móveis e equipamentos	275 (114) 161 215
				Sistema de comunicação	2 (1) 1 1
				Processamento de Dados	46 (43) 3 18
				Sistema de transportes	615 (463) 152 300
				Total	53,939 (10,765) 43,174 43,412
				5.3. Intangível:	
				Intangível	
				Custo	2017 2016
				Amortização acumulada	Saldo Saldo
				Software	liquido liquido
				5	(4) 1 1
				Total	5 5
				6. Outras obrigações – Diversos:	2017 2016
				Valores a pagar a sócios (*)	52,487 50,425
				(*) Referem-se a aportes colocados pelo acionista, para compra de bens e recursos para despesas. 7. Contingências: As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas a revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos a revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. 8. Capital social: O capital social de R\$ 15.500 está representado por 973.618 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 15,92, subscritas por acionistas domiciliados no país. 9. Partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade. • Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:	
				Passivos	2017 2016
				Outras obrigações – Valores a pagar a socios (2)	52,487 50,425
				Receitas	
				Rendas da atividade imobiliária – Aluguéis (1)	720 720
				Outras partes relacionadas (1); Pessoal-chave da administração (2).	
				A Diretoria	
				Reinaldo Dantas – Contador CRC-1SP 110330/O-6	

1. Contexto operacional: A Spinelli Comercial e Participações S/A é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, o possui como objetivo social a participação no capital de outras empresas, a realização, administração, exploração e comercialização de empreendimentos agropecuários e congêneres, a prestação de serviços de natureza administrativa; a comercialização de materiais de construção; e exportação; prestação de fiança podendo exercer quaisquer atividades comerciais a fins ou correlatas, cujo exercício não dependa da autorização do governo, nem submeta a sociedade a regime especial. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. 3. Principais práticas contábeis: As principais práticas adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: 3.1. **Auração de resultado:** O regime de prática do resultado é o de competência. 3.2. **Estimativas contábeis:** Foram utilizadas estimativas contábeis que se baseiam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente. 3.3. **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São apresentados pelo valor de realização incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. 3.4. **Permanente: Investimentos no País e no Exterior** – Estão contabilizados pelo custo de aquisição, e atualizados pelo método de equivalência patrimonial. **Imobilizado de uso** – São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidas pela legislação tributária, sendo de 4% para “Imóveis de uso”, 20% a.a. para “Sistema de Processamento de Dados e Sistema de Transportes”, e de 10% a.a. para as demais categorias. **Intangível** – São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidas pela legislação tributária a taxa de 20% a.a. 3.5. **Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** 3.5.1. **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou de cambiais incorridas até a data dos balanços. 3.5.2. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do